



Extensio  
UFSC

Revista Eletrônica  
de Extensão

## HISTÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA: UMA BUSCA POR DIREITOS HUMANOS HISTORICAMENTE NEGADOS À POPULAÇÃO CAMPESINA

**Camila Lima Miranda**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
camilamiranda.clm@gmail.com

**Luan Antônio Rodrigues Galante**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
luanuftmlecampo@gmail.com

### Resumo

O projeto de extensão aqui relatado, desenvolvido no ano de 2019, teve o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de vivências alicerçadas na ampliação da compreensão dos Direitos Humanos, por meio da promoção da socialização de histórias de vida de camponeses. Para isso, foram coletadas narrativas de atores de uma comunidade camponesa, localizada no Triângulo Mineiro, para o desenvolvimento de produções culturais sobre a própria comunidade, de modo a registrar e valorizar sua cultura. Essas produções foram apresentadas à comunidade na forma de uma exposição itinerante. A ação extensionista possibilitou evidenciar as lutas camponesas pela terra, educação, trabalho, viver com dignidade, sempre permeadas pela continuidade da luta e pelo trabalho coletivo. Evidenciar essas lutas forneceu subsídios para o empoderamento dos sujeitos do campo, e, especialmente, para a ampliação da visão acerca dos direitos humanos, desenvolvida a partir da interpretação das lutas relatadas nas entrevistas como a busca por direitos humanos que foram negados à população camponesa.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Exposições Itinerantes; Educação do Campo.

## STORIES OF STRUGGLE AND RESISTANCE: A SEARCH FOR HUMAN RIGHTS HISTORICALLY DENIED TO THE PEASANT POPULATION

### Abstract

The extension project reported here, developed in 2019, aimed to contribute to the development of experiences based on the expansion of the understanding of human rights, by promoting the socialization of life stories of peasants. To this end, narratives of actors from a peasant community, located in the Triângulo Mineiro (Minas Gerais, Brazil), were collected for the development of cultural productions about the community itself, to register and value its culture. These productions were presented to the community in the form of an itinerant exhibition. The extensionist action made it possible to show the peasant struggles for land, education, work, and to live with dignity, always permeated by the continuity of the struggle and by collective work. Showing these struggles provided subsidies for the empowerment of rural people, and especially for the expansion of the vision of human rights, developed from the interpretation of the struggles reported in the interviews as the search for human rights that have been denied to the peasant population.

**Keywords:** Human Rights; Itinerant Exhibitions; Rural Education.

## HISTORIAS DE LUCHA Y RESISTENCIA: UNA BÚSQUEDA DE LOS DERECHOS HUMANOS HISTÓRICAMENTE NEGADOS A LA POBLACIÓN CAMPESINA

### Resumen

El proyecto de extensión que aquí se relata, desarrollado en 2019, tuvo como objetivo contribuir al desarrollo de experiencias basadas en la ampliación de la comprensión de los derechos humanos, promoviendo la socialización de las historias de vida de los campesinos. Para ello, se recogieron las narrativas de los actores de una comunidad camponesa, ubicada en el Triángulo Mineiro (Minas Gerais, Brasil), para el desarrollo de producciones culturales sobre la propia comunidad, para registrar y valorar su cultura. Estas producciones se presentaron a la comunidad en forma de exposición itinerante. La acción extensionista permitió mostrar las luchas camponesas por la tierra, la educación, el trabajo y por vivir con dignidad, siempre permeadas por la continuidad de la lucha y por el trabajo colectivo. Mostrar estas luchas proporcionó subsidios para el empoderamiento de la población rural, y especialmente para la ampliación de la visión de los derechos humanos, desarrollada a partir de la interpretación de las luchas relatadas en las entrevistas como la búsqueda de los derechos humanos que han sido negados a la población camponesa.

**Palabras clave:** Derechos Humanos; Exposiciones Itinerantes; Educación Rural.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Extensio: R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 18, n. 40, p. 129-139 2021.

## INTRODUÇÃO

A população campesina brasileira, costumeiramente, se vê imersa em um cenário de constantes lutas para ter assegurados seus direitos humanos mais básicos. À guisa de ilustração, a Educação, como direito humano, prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em nossa Constituição (BRASIL, 1988), foi, para o sujeito do campo, o resultado de muitas lutas (CARCAIOLI, 2014; CALDART, 2012; MIRANDA; NASCIMENTO, 2020). Consequência de inúmeros enfrentamentos são também os acessos à terra e ao trabalho, como aponta Roseli Caldart (2012, p. 261),

O esforço feito no momento de constituição da Educação do Campo, e que se estende até hoje, foi de partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas naquele período especialmente pelo MST, para lutas mais amplas pela educação do conjunto dos trabalhadores do campo. Para isso, era preciso articular experiências históricas de luta e resistência, como as das escolas família agrícola, do Movimento de Educação de Base (MEB), das organizações indígenas e quilombolas, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), de organizações sindicais, de diferentes comunidades e escolas rurais, fortalecendo-se a compreensão de que a questão da educação não se resolve por si mesma e nem apenas no âmbito local: não é por acaso que são os mesmos trabalhadores que estão lutando por terra, trabalho e território os que organizam esta luta por educação.

Nesse sentido, e pautando-nos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 1), destacando seu quinto artigo, a saber: “A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário”, foi desenvolvido um projeto de extensão, no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), que visou contribuir com o desenvolvimento de vivências alicerçadas na ampliação da compreensão dos Direitos Humanos, por meio da promoção da socialização de histórias de luta e resistência de sujeitos do campo.

Ao tornar audíveis as diferentes vozes que compõem as comunidades campesinas, por meio de narrativas (CUNHA, 1997, GALVÃO, 2005), as memórias e histórias imbricadas são suscitadas e podem vir a se configurar como importante instrumento formativo de promoção dos Direitos Humanos, ao possibilitar um processo de reconhecimento e empoderamento desses sujeitos (CANDAUI; 2005, 2012). Dando visibilidade a essas histórias de luta e resistência na busca por direitos humanos historicamente negados, foram desenvolvidas produções culturais que retratassem as próprias comunidades, por meio de uma exposição itinerante que provocou diversas implicações aos envolvidos diretamente no projeto de extensão, bem como, em atividades de ensino e pesquisa.

Uma descrição pormenorizada dessas atividades de ensino e de pesquisa desviaria o objetivo deste artigo, mas, sucintamente, destaca-se que a partir da construção da exposição e da análise dos dados coletados, foram identificados temas geradores (FREIRE, 2005) em uma perspectiva freireana de Educação, para apoiar os componentes curriculares da Licenciatura em Educação no Campo da UFTM, no âmbito do ensino, espaço de atuação e formação dos autores deste trabalho.

Torna-se importante apontar que a formação dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UFTM ocorre a partir das diretrizes que pautam a Pedagogia da Alternância, que pressupõe a organização dos processos de ensino e de aprendizagem por meio de dois momentos articulados: o Tempo Escola, que envolve atividades presenciais na Universidade e, Tempo Comunidade (TC), em que as atividades são realizadas na própria comunidade dos licenciandos. Deste modo, a formação tem a vida do sujeito como eixo central (UFTM, 2019). Os processos de ensino e de aprendizagem ocorrem sob uma lógica distinta da costumeiramente observada. Outras vozes para além do professor e dos currículos previamente definidos se fazem presentes, por meio da busca coletiva pelos temas geradores, que carregam, deste modo, a cultura, as situações problemáticas vividas, os desafios enfrentados pela comunidade local para o interior dos processos de ensino e de aprendizagem (AULER, 2007).

Assim, o projeto extensionista aqui relatado cumpre duplo papel: a possibilidade de identificação de temas geradores e se propõe a atuar na articulação entre o TE e o TC, uma vez que a exposição itinerante foi realizada na comunidade em que residem muitos licenciandos, durante os já praticados acompanhamentos de TC.

Por sua vez, em relação à pesquisa, as narrativas foram utilizadas como instrumento para a coleta de dados que foram utilizados na investigação da constituição da identidade dos sujeitos do campo, na perspectiva de Claude Dubar (2005, 2009), em diálogo com a teoria das representações sociais (MOSCOVICI, 2012; MIRANDA; PLACCO; REZENDE, 2017), em pesquisas que hoje estão em andamento.

Com base nesses pressupostos, o objetivo geral do projeto de extensão aqui relatado foi promover processos educativos pautados em uma perspectiva de Direitos Humanos, por meio do desenvolvimento de produções culturais sobre as próprias comunidades, de modo a registrar e valorizar sua cultura, suas histórias de luta e resistência.

Como objetivos específicos: apreender narrativas dos atores da comunidade (membros da comunidade escolar do campo, famílias e profissionais do campo), por meio de entrevistas e registros em fotografias; promover exposições itinerantes, de modo a possibilitar processos de

empoderamento do sujeito do campo, a partir da socialização dessas histórias de luta e resistência.

Por fim, objetivou-se promover rodas de conversa com a comunidade sobre os Direitos Humanos a partir da socialização das lutas dos sujeitos do campo, nas quais as produções culturais produzidas apoiaram a condução das discussões.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A metodologia consistiu em duas fases interdependentes, nas quais caracterizam-se ações específicas visando o cumprimento dos objetivos estabelecidos, a saber:

Fase 1: Inicialmente, foram realizados momentos de Estudo e leituras sobre os Direitos Humanos, de modo a ampliar a compreensão do grupo que desenvolveu o projeto, composto por quatro professores e um aluno, todos do curso de Licenciatura em Educação do Campo, acerca desta temática: suas implicações no contexto brasileiro, em especial, como inspiração para a elaboração da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), bem como a perspectiva teórica que subsidiou a construção do projeto (CANDAUI; 2005, 2012).

Ainda na primeira fase, mas em um segundo momento, foi escolhido, como primeiro local para o desenvolvimento do projeto, o Assentamento de Reforma Agrária Nova Santo Inácio Ranchinho, localizado em Campo Florido, no Triângulo Mineiro. Tal escolha se justifica por uma combinação de fatores: um dos membros do grupo, autor deste artigo, é filho de assentados no local supramencionado. Também se destaca a interlocução já estabelecida com os moradores do assentamento em função de outras atividades e parcerias desenvolvidas desde o início do curso. O Assentamento de Reforma Agrária Nova Santo Inácio Ranchinho tem sido lócus de acompanhamentos de TC do curso.

Assim, em uma das visitas ao assentamento, foram realizadas quatro entrevistas, com duas mulheres e dois homens, que participaram de todo o processo de constituição do acampamento para assentamento. O grupo entrevistado refletiu a organização dos hoje assentados, em que homens e mulheres se dividiam nas tarefas da ocupação.

Essas entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra, durante o primeiro semestre de 2019. Esse procedimento de coleta de informações, a entrevista, permitiu que fossem narrados aspectos das trajetórias pessoais e das lutas coletivas dos entrevistados, com liberdade e sem interrupções. Mais especificamente, optamos pela utilização de entrevistas semiestruturadas. Nessa técnica, embora exista um roteiro prévio de questões, outras podem ser propostas, à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado

## Histórias de luta e resistência: uma busca por direitos humanos historicamente negados à população campesina

(LÜDKE; ANDRÉ, 1986). As questões versavam, especialmente, sobre a trajetória dos entrevistados.

Também foram feitos registros fotográficos da comunidade, dos sujeitos e das atividades profissionais desenvolvidas no assentamento, das culturas produzidas e dos instrumentos por eles criados para o trabalho nos lotes, conforme pode ser observado na Ilustração 01, os quais compuseram as produções culturais da comunidade. Nessa ocasião foram apresentados os objetivos do projeto de extensão a ser desenvolvido.



**Ilustração 01:** Imagens da realização de entrevistas, caminhada ao longo dos lotes e das atividades profissionais.  
Fonte: elaborado pelos autores.

Fase 2: Foi produzida exposição itinerante, que envolveu produções culturais que representassem e sintetizassem as histórias dos entrevistados, enfatizando suas lutas por terra, trabalho, educação e viver com dignidade. Também foi promovida roda de conversa, com a comunidade que recebeu a exposição, na qual as produções culturais apoiaram a condução das discussões. Essa roda se configurou como espaço para discussão acerca das lutas empreendidas

pelos sujeitos do campo para terem garantidos direitos assegurados em nossa Constituição, por Direitos Humanos.

Cabe destacar que, em função da pandemia de Covid-19, foi possível realizar apenas uma exposição, como destacado no artigo. Assim, a proposta de itinerância precisou ser suspensa temporariamente, porém, objetiva-se, assim que possível, realizar novas exposições e rodas de conversa, de modo a ampliar o impacto desta atividade extensionista nesta e em outras comunidades.

## RESULTADOS E ANÁLISES

A partir das idas ao Assentamento, da interação estabelecida entre os pesquisadores e a comunidade, foram construídos elementos para a produção das exposições itinerantes. Foram elaborados dois banners (Ilustração 02) com vistas a sintetizar parte das entrevistas, bem como subsidiar as discussões acerca dos Direitos Humanos, desenvolvidas na ocasião da exposição.

O banner 01 foi produzido com trechos das entrevistas. Para sua construção, as entrevistas foram analisadas segundo a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e os trechos categorizados em quatro categorias, a saber:

1. “Luta pela Terra”, nesta categoria estão sintetizados trechos das entrevistas que se referem ao processo de conquista das terras em que hoje residem, como ilustrado por: “[...] A chegada aqui é um processo, foi a consequência de um processo mais amplo de organização e luta dos trabalhadores” (Entrevistado 01);

2. “A gente tem que entender que a luta não para!”, esta categoria agrupa as compreensões da necessária continuidade da luta para a conquista de direitos assegurados em nossa constituição: “[...] lutou para conseguir a terra, depois teve que lutar pra conseguir a casa, depois a energia, escola, bons professores” (Entrevistado 03);

3. Em a “Luta por Educação” são retratados os processos para que fosse instalada no assentamento uma escola que dialogasse com as pessoas ali residentes, representada pela fala da entrevistada 02: “[...] Há dois anos estamos lutando para conseguir reorganizar a escola”.

4. Por fim, a categoria “Trabalho Coletivo” destaca a importância do trabalho coletivo na superação dos problemas enfrentados pelo assentamento: “[...] está resgatando uma coisa do princípio, né, de quando começou: é para o coletivo. Porque quando está em acampamento todo mundo trabalha para o coletivo. E a única forma que tem talvez de superar esses problemas é ir pensando junto né?!” (Entrevistado 04).

**Histórias de luta e resistência: uma busca por direitos humanos historicamente negados à população campesina**

O banner 02, por sua vez, foi produzido com os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) relacionados aos trechos presentes no banner 01, quais sejam:

1. Direito ao trabalho. Artigo 23:

§1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

2. Direito a viver com dignidade. Artigo 25:

§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis

3. Direito à Educação. Artigo 26:

§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória.

Banner 01	Banner 02
 <p><b>Histórias de luta e resistência:</b> uma busca por direitos humanos historicamente negados</p> <p>Assentamento Nova Santo Inácio Ranchinho</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 20%;"> <p><b>Luta pela Terra!</b></p> <p>[...] A chegada aqui é um processo, foi a consequência de um processo mais amplo de organização e luta dos trabalhadores!</p> </div> <div style="width: 20%;"> <p><b>A gente tem que entender que a luta não para!</b></p> <p>[...] lutou para conseguir a terra, depois teve que lutar pra conseguir a casa, depois a energia, escolas, bons professores</p> </div> <div style="width: 20%;"> <p><b>Luta por Educação!</b></p> <p>[...] Já dois anos estamos lutando para conseguir reorganizar a escola!</p> </div> <div style="width: 20%;"> <p><b>Trabalho Coletivo!</b></p> <p>[...] tá resgatando uma coisa do princípio né, de quando começou: é para o coletivo. Porque quando está em acampamento todo mundo trabalha para o coletivo. É a única forma que tem talvez de superar esses problemas é ir pensando junto né??</p> </div> </div> <p>Apoio: </p>	 <p><b>Histórias de luta e resistência:</b> uma busca por direitos humanos historicamente negados</p> <p>Declaração Universal dos Direitos Humanos</p> <div style="margin-top: 20px;"> <p><b>Direito ao trabalho</b></p> <p><i>Artigo 23</i></p> <p>§1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.</p> </div> <div style="margin-top: 20px;"> <p><b>Direito a viver com dignidade</b></p> <p><i>Artigo 25</i></p> <p>§1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis</p> </div> <div style="margin-top: 20px;"> <p><b>Direito à Educação</b></p> <p><i>Artigo 26</i></p> <p>§1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória.</p> </div> <p>Apoio: </p>

**Ilustração 02:** Banners produzidos para subsidiar a exposição itinerante.

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao narrar os fatos vividos são reconstruídas as trajetórias percorridas, as quais adquirem novos significados (CUNHA, 1997; GALVÃO, 2005). As narrativas podem se configurar, assim, como um importante instrumento de formação para todos os envolvidos nas atividades decorrentes de seu uso, ao propiciar momentos coletivos de reflexão acerca de tais histórias, demonstrando a importância do compartilhamento de trajetórias nesses processos.

A exposição ocorreu, então, em 27 de novembro de 2019, na escola da comunidade, contando com a participação de licenciandos da UFTM e moradores da comunidade (Ilustração 03).



**Ilustração 03:** Imagens coletadas no dia da realização da exposição itinerante.  
Fonte: elaborado pelos autores.

Durante a exposição foram promovidas experiências de interação sistemática com os “outros”, de modo a favorecer processos de “empoderamento” (CANDAU, 2012). O empoderamento envolve a conscientização de sua realidade para que seja possível intervir (BAQUERO, 2012), em outras palavras, implica na reflexão sobre seu contexto social e o papel que desempenha e pode vir a desempenhar na sociedade.

Nesse sentido, por meio da exposição e daquelas narrativas, foi possível refletir que a luta não acaba quando aqueles que antes eram sem terras agora possuem sua parcela da gleba. Mas vai além da conquista de um pedaço de terra. Essa luta é contínua por melhores condições para produzir e escoar sua produção, para serem reconhecidos como sujeitos de direitos, que sejam levadas em consideração as especificidades campesinas, como uma educação que seja condizente com sua história de luta e seus afazeres no campo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas, no âmbito do projeto de extensão intitulado “Histórias de luta e resistência: uma busca por direitos humanos historicamente negados”, alcançaram os objetivos inicialmente delineados.

A Extensão é compreendida a partir da relação universidade/sociedade, com “objetivo primordial de promover uma relação mutuamente transformadora” (UFTM, 2017). No projeto aqui relatado, essa relação implicou em conceber uma não hierarquização dos saberes. As lutas campesinas forneceram subsídios para o empoderamento do sujeito do campo, e, especialmente, para a superação de uma visão dos direitos humanos simplista, desenvolvida a partir da leitura das lutas que foram enfrentadas como a busca por direitos humanos que lhes foram negados ao longo da vida.

Refletir a partir de histórias reais, tão próximas, possibilitou aos envolvidos a aproximação da temática, perceber-se enquanto parte da conquista desses direitos, a possibilidade de protagonizá-las. As histórias, apreendidas por meio das narrativas, evidenciaram a busca de direitos humanos, quais sejam: a luta pela terra, pela água, pelo alimento, pelo meio-ambiente, entre outros. Nomear essas lutas como a busca por direitos humanos, por meio das reflexões propiciadas pela exposição, possibilitou o reconhecimento que essa temática sempre fez parte de suas vidas, promovendo a superação de uma visão simplista que a reduzia a “direitos humanos é direito de bandido” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2016, p. 21).

Essas mesmas lutas possibilitaram, ainda, a identificação de temas geradores para apoiar a formação do licenciando em Educação do Campo da UFTM. Suscitaram, ainda, o desenvolvimento de pesquisas hoje em andamento. Todas essas questões contribuíram para a produção de conhecimento sobre esses temas tão emergentes em nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

AULER, D. Enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade: Pressupostos Para o Contexto Brasileiro. **Ciência & Ensino**, v. 1, número especial, 2007.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, tradução L. A. Reto & A. Pinheiro, 1977.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17810&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866). Acesso em: 13 set. 2018.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

CANDAU, V. M. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: CANDAU, V. M. (org.). **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

CARCAIOLI, Gabriela Furlan. **Conhecimentos Ordinários, currículo e cultura: artes de fazer no Acampamento Elizabeth Teixeira.** Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2014.

CUNHA, M. I. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista Faculdade de Educação**, v. 23, n. 1-2, 1997.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBAR, C. **A crise das identidades: A interpretação de uma mutação.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 44ª edição revista e atualizada. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

GALVÃO, C. Narrativas em Educação. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005.

LÜDKE, M; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MIRANDA, C. L.; PLACCO, V. M. N. S.; REZENDE, D. B. A Teoria das Representações Sociais e a Identidade Profissional na perspectiva de Claude Dubar: contribuições para a compreensão da profissão docente In: MISSIAS-MOREIRA, R.; SALES, Z. N.; FREITAS, V. L. C.; OLIVEIRA, D. C. (org.). **Representações Sociais, Educação e Saúde: um enfoque multidisciplinar.** 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v.3, p. 59-74.

Histórias de luta e resistência: uma busca por direitos humanos historicamente negados à população campesina

MIRANDA, C. L.; NASCIMENTO, W. E. Narrativas Autobiográficas: Elementos para Educação em Direitos Humanos. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 41, p. 412-430, Edição Especial, 2020.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes: 2012.

OLIVEIRA, R. D. V. L.; QUEIROZ, G. R. P. C. Professores de ciências como agentes socioculturais e políticos: a articulação valores sociais e a elaboração de conteúdos cordiais. **Revista Debates em Ensino de Química**, v. 2, p. 14-31, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Projeto pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo**. Uberaba, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Decisão normativa nº 5, de 10 de outubro de 2017, do Coext**. Uberaba, 2017.

Recebido em: 08/09/2020

Aceito em: 24/11/2021